

Alkimar condena Rocha Azevedo

O diretor da dívida pública e de mercado aberto do Banco Central, Alkimar Moura, garantiu não ter qualquer fundamento a declaração do presidente da Bolsa de São Paulo de que o governo tomaria uma parte da dívida interna. "Não quero perder meu tempo com esse tipo de declaração", disse ele, lembrando que o BC tomou todas as providências cabíveis para esclarecer ao mercado financeiro a ausência de fundamento sobre possibilidade de moratória parcial da dívida.

Logo pela manhã, a mesa de operações com títulos e valores mobiliários do Banco Central informou às instituições *dealers* (que atuam em nome do BC) que a notícia era infundada e improcedente. E para evitar qualquer problema, tabelou o dinheiro em 11% ao mês contra 12% fixado na véspera nas operações de curtíssimo prazo (*overnight*), indicando que no mês de setembro a LBC terá uma variação muito mais próxima do índice de inflação.

Alkimar Moura, indagado sobre a rolagem na semana que vem de CZ\$ 71 bilhões de LBC que vencem no dia 16, disse esperar que a declaração do presidente da Bovespa não influencie o mercado, a ponto de afetar a colocação de papéis. Só o mercado financeiro é que poderá dizer, afirmou o diretor do Banco Central, se a declaração terá reflexo no

leilão de títulos a ser realizado na próxima semana. "Até porque é uma tecla que o presidente da Bolsa de São Paulo vem batendo constantemente".

Apesar do impacto causado por Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bovespa, os dirigentes de instituições financeiras não acreditam, do ponto de vista racional, que o governo pudesse partir para uma solução de moratória interna. Seja porque estaria fechando uma porta para o financiamento a custo baixo do déficit público ou porque geraria uma reação em cadeia.

Em recente entrevista ao JORNAL DO BRASIL, o diretor do BC, Alkimar Moura disse que a dívida mobiliária é sabidamente a forma mais barata de endividamento público, tanto federal quanto estadual e municipal. "Basta se observar que nas operações de crédito junto às instituições financeiras, o mutuário terá de pagar um *spread* acima da taxa de captação do banco, custo inexistente nas operações de dívida mobiliária".

Sobre a troca de indexador, em estudos no governo, e que pode vir a ser a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), Alkimar Moura disse ontem que ainda não está decidida a data em que isso poderá ocorrer. "Não temos compromissos com datas", afirmou ele.